

luta fundiária



# A diferença de Dorothy

**A liderança da missionária americana assassinada em fevereiro foi um dos principais fatores que impediu que o processo de expulsão dos sem-terra, por grileiros e fazendeiros, se completasse em Anapu**

Armando Sartori

O assassinato da missionária católica Dorothy Stang provocou reações raramente vistas quando se trata de crime que envolve a questão fundiária no Brasil, especialmente na Região Norte, onde são quase banais. As razões são basicamente duas: Dorothy, de 74 anos, brasileira naturalizada, além de americana de nascimento, era interlocutora frequente das autoridades do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à quais, inclusive, já havia relatado as ameaças de morte que sofria. De certa forma, como disse o presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, Jorge Maurique, a morte da freira “foi o crime mais anunciado desde a morte do líder dos seringueiros no Acre, Chico Mendes, em dezembro de 1988”. A alusão a Chico Mendes pode ser vista também sob outro ângulo: Stang (na foto ao alto) liderava a resistência dos sem-terra de Anapu, Município paraense a 800 km de Belém, contra o tradicional processo de expulsão perpetrado por grileiros na Amazônia.

O governo brasileiro atribuiu o crime a uma reação tanto às medidas que vem desenvolvendo na região para combater a grilagem de terra, os desmatamentos, a exploração ilegal de madeira, quanto às ações de regularização

fundiária. Poucos dias após o assassinato, anunciou o envio de soldados do Exército à região – para auxiliar as polícias na manutenção da ordem – e um conjunto de medidas, algumas emergenciais e outras estruturais.

Uma surpreendentemente rápida e eficiente investigação conduzida pelas Polícias Federal e Civil levou à captura dos pistoleiros Rayfran das Neves Sales, o *Fogoió* – que confessou ter sido o autor dos seis tiros que mataram a missionária – e Clodoaldo Carlos Batista, o *Eduardo*. Os dois trabalhavam na propriedade de Amair Feijoli da Cunha, o *Tato*, que os teria contratado por R\$ 50 mil para executar o crime. Tanto *Fogoió* quanto *Eduardo* apontaram o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o *Bida*, como o mandante do assassinato. *Bida* – que, segundo essa versão, teria encarregado *Tato* de contratar os assassinos – embora indiciado, continuava foragido até o final de fevereiro.

**Conspiração ampla** Em depoimentos aos policiais, no entanto, *Fogoió* e *Eduardo* deram indícios de que a conspiração para matar Dorothy poderia envolver gente mais graúda: mencionaram os nomes do prefeito de Anapu,

Luiz dos Reis Carvalho, e do fazendeiro Laudelino Délio Fernandes Neto, o *Délio*, um dos maiores da região.

O assassinato de Dorothy faz parte de uma antiga e triste rotina envolvendo disputa de terras. Um relatório preliminar da CPI da Terra do Congresso Nacional concluiu que no Pará há uma “guerra civil rural” – de 1964 a 2004, foram assassinadas no Estado, por questões de terras, 751 pessoas, das quais seis com mais de 60 anos e onze crianças. Apesar de chocantes, no entanto, esses números são considerados subestimados por especialistas.

Só neste ano, até o final de fevereiro, já haviam sido contabilizados doze assassinatos de trabalhadores rurais no Estado, metade dos quais na área conhecida como Terra do Meio, considerada a região mais violenta – na semana em que Dorothy foi morta, pelo menos três trabalhadores rurais foram assassinados ali. A Terra do Meio – dez Municípios entre os rios Xingu e Tapajós, com área equivalente à de Santa Catarina – também lidera os números sobre denúncias de trabalho escravo, extração ilegal de madeira, pistolagem e grilagem. Tal situação de tensão não é novidade para o governo federal, uma vez que a PF monitora a região desde o

início de 2003. Os policiais federais passaram os dois últimos anos recolhendo informações sobre a atuação de pistoleiros, grileiros e madeireiros, quadrilhas de criminosos e ainda sobre trabalho escravo e crimes ambientais, a partir de diversas denúncias. Uma delas foi feita em novembro de 2003 pela própria Dorothy. Após a morte da missionária, o governo federal enviou, de imediato, 400 soldados do Exército para a Terra do Meio, de um total que, no final, deve atingir 2 mil militares. Sua tarefa principal é colaborar com os policiais no desarmamento na região, com barreiras nas estradas e nos centros urbanos e incursões em fazendas com milícias privadas ou outros locais de concentração de armas. O governo federal também anunciou outras duas medidas emergenciais. Uma foi a instalação de um Gabinete de Gestão Integrada (GGI), em Altamira, para apoiar tanto os órgãos federais encarregados das investigações – sobre o assassinato de Stang e de outras pessoas – quanto os que atuam na região do conflito na regularização fundiária, no combate à grilagem de terras. A outra foi a interdição, por Medida Provisória, da exploração florestal numa área de 8,2 milhões de hectares à margem da rodovia Cuiabá-Santarém, a BR 163, com o objetivo de bloquear a expansão de uma frente de exploração da floresta que estaria se desenvolvendo no sul do Pará. A interdição – que abrange o Município de Novo Progresso – valerá por seis meses e pode ser prorrogada. O governo Lula adotou também medidas de caráter estrutural, com a criação de uma reserva extrativista, duas florestas nacionais, um parque nacional e uma reserva ecológica, tornando protegida uma área de 5,2 milhões de hectares em quatro Estados da Região Norte. Desses, 3,8 milhões de hectares estão divididos entre a Estação Ecológica da Terra do Meio (3,4 milhões de hectares) e o Parque Nacional da Serra do

*A ação rápida e eficiente das polícias levou, poucos dias após o crime, à prisão de três dos quatro indiciados pela morte da missionária Dorothy (ao lado, em segundo plano, durante depoimento a senadores). Bida (no detalhe), apontado como mandante, continuava foragido no final de fevereiro*

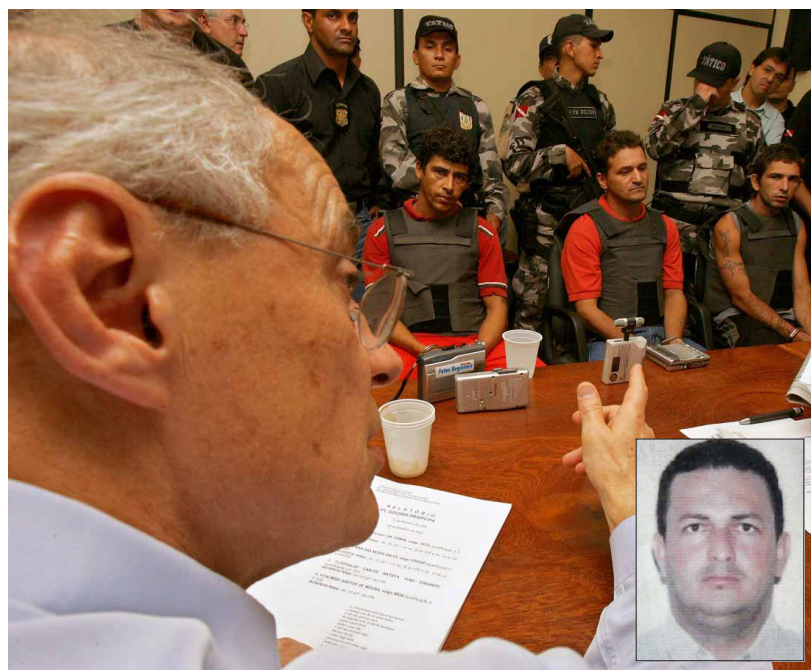
Prado (445 mil hectares), ambos no Pará. Especialistas consideraram essas medidas como um passo importante, mas alertaram que o governo precisa investir em seus órgãos na região, tanto em infra-estrutura quanto no pessoal. No caso do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), segundo a *Folha de São Paulo*, na região de Altamira, há só um escritório e cinco fiscais. “Para monitorar a área precisa ter pelo menos 50 homens”, disse o chefe do Ibama local, Elielson Soares Farias, que destacou que nos últimos anos já passaram 14 analistas ambientais pelo escritório mas que desistiram do posto devido aos salários de R\$ 2.200.

**O PDS de Dorothy** No final de fevereiro o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, anunciou outra medida, desta vez específica para Anapu – a retomada de lotes de terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), por meio de imissão de posse concedida pela Justiça em setembro do ano passado, num total de 9 mil hectares. Simbolicamente, Rossetto repassou o documento judicial às mãos do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu, Francisco de Assis dos Santos Souza, o *Chiquinho do PT*. As terras que voltaram à posse da União incluem o lote 55 da gleba Bacajá, onde *Bida* implantou a fazenda Boa Sorte. A área, de 3 mil hectares,

deverá ser ocupada por 30 famílias sem-terra – outras 60 famílias serão instaladas em dois lotes do mesmo tamanho na gleba Belo Monte.

Essas famílias vão ser assentadas de acordo com as normas do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), um instrumento para a realização da reforma agrária na Amazônia. Segundo a portaria do Incra que criou os PDS em novembro de 1999, esse tipo de assentamento deve levar em conta a conservação da floresta e é voltado às “populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental”. As áreas públicas destinadas aos PDS, diz a portaria do Incra, são concedidas em regime comunal, “segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias – associativista, condominial ou cooperativista”.

A missionária Dorothy Stang discutia com os colonos de Anapu a implantação do PDS Esperança e, provavelmente, contava com a devolução das terras de *Bida* à União – o que pode se constituir num dos motivos do crime. Aparentemente, ela planejava utilizar 21 lotes da gleba Bacajá e 24 lotes da gleba Belo Monte, num total de 135 mil hectares, para assentar mais de mil famílias. Cada uma receberia um lote de 100 hectares, dos quais somente 20 hectares seriam dedicados à criação de





Leroy, francês naturalizado brasileiro e estudioso da região de Anapu: para que as medidas anunciadas pelo governo Lula prosperem, “é preciso dinheiro”

gado de leite e corte, além da produção de alimentos em uma modalidade de agricultura familiar. Na área restante, os assentados só poderiam realizar atividades de extração de óleo de copaíba e de andiroba, castanhas e açaí. A comercialização da produção seria feita por uma cooperativa.

Os fazendeiros de Anapu não gostaram da idéia da implantação dos PDS na região. Em carta de julho de 2002 dirigida ao então ministro do Desenvolvimento Agrário José Abrão pediram que esses projetos fossem instalados em áreas “não-antropizadas”, isto é, não ocupadas e desmatadas. “Só assim poderemos coexistir em paz. Caso contrário, já temos exemplos suficientes de que a inoperância dos responsáveis pela ordem levou a grandes tragédias”, diz o texto. Segundo a *Folha de S. Paulo*, hoje há mais de 20 mil cabeças de gado e tropas de burros cercando a área do sonhado projeto da missionária, onde cerca de 200 famílias resistem, tentando colocá-lo em pé.

Relatórios do Incra paraense de 2002, mencionados em artigo publicado pelo jornal, revelavam, no entanto, que os lotes 54 e 55 da gleba Bacajá – este último explorado por *Bida* – são fazendas de gado. “Uma vez que os referidos lotes hoje são fazendas em franca produção e independentemente da análise cadastral, tornam-se áreas inviabilizadas para a implantação de PDS, haja vista que suas características de exploração vai [sic] frontalmente contra as diretrizes que preconizam a viabilidade para a implantação de citados projetos”, diz o texto. A análise da situação dos lotes

56 e 58, que fazem parte da Fazenda Bacajá, conclui que se trata da propriedade “de maior produtividade bovina do sudoeste” do Pará. A Bacajá é explorada por não outro que *Délio*, suspeito de estar envolvido no assassinato de Dorothy.

O pesquisador Jean-Pierre Leroy, um francês naturalizado brasileiro que acompanha há mais de 30 anos o processo de ocupação da floresta e de disputa fundiária no Pará, explicou em entrevista publicada pela *Folha* como isso se deu na região de Anapu, um Município criado só em 1997. Segundo Leroy, tudo começou com a construção da Transamazônica, na década de 1970. Mas, diferentemente do que ocorreu em outros Municípios da região, a área de Anapu não foi dividida em pequenos lotes, mas em lotes de 3.000 hectares, para a implantação de grandes fazendas. A idéia, no entanto, fracassou, pois a maior parte dos lotes colocados em licitação pelo governo federal não despertou interesse. Em vez de retornarem imediatamente à União, no entanto, essas terras desocupadas ficaram numa espécie de “limbo” legal, algo que está nas origens dos conflitos na região.

**Stang e o sindicato** A ocupação dessas terras começou há cerca de 20 anos, no máximo, diz o pesquisador. Segundo ele, muitos dos ocupantes vieram do sul do Pará – famílias expulsas pela força ou pela pressão econômica de fazendeiros – “a maioria estava sem terra e veio na esperança de conseguir um lote”. Uma pequena minoria conseguiu títulos de propriedade ao longo da Transamazônica; os demais se tornaram posseiros.

Em Anapu, no entanto, não se repetiu o processo tradicional observado em outras regiões do Estado, onde, depois de desbravarem uma região, os posseiros acabam expulsos por grileiros. Isso porque foi criado um núcleo de resistência liderado por Stang. Além disso, diz ele, “lá também existe uma tradição de organização de trabalhadores rurais, o Movimento de Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu [MDTX], com sede em Altamira e ramificações em outros Municípios, Anapu inclusive”.

O projeto de Dorothy abriu a possibilidade de que os posseiros embrenhados na floresta deixassem a condição

de nômades e de praticar somente a agricultura de subsistência. Segundo Leroy, quando o Incra criou os PDS, “grileiros entraram reivindicando as terras daquelas antigas glebas da União e começaram as pressões”. Além disso, uma atitude paradoxal do governo Fernando Henrique Cardoso, diz Leroy, ajudou a paralisar os PDS. “A presença dos posseiros, candidatos a esses projetos, chegou a ser usada pela procuradoria-geral do Incra no governo passado para não fazer vistorias nas terras, com base na lei que havia sido feita contra o MST e que proibia a vistoria de áreas invadidas. Com isso, os PDS não avançaram. Os clientes dos projetos chegaram a entrar em alguns lotes, mas tiveram casas queimadas e sofreram ameaças”.

Leroy diz que há uma conexão entre a grilagem e os fazendeiros, aqueles que chegam para ficar e explorar a terra. “Essas pessoas [os grileiros] não são como um grande fazendeiro paulista, mas são muito úteis a quem vem depois. Elas facilitam as coisas, de modo que o fazendeiro possa comprar a terra e mostrar um documento”. Para legalizar a terra os grileiros contam com esquemas que envolvem cartórios corruptos.

Avaliando as medidas anunciadas pelo governo, ele diz que, apesar da boa vontade das pessoas envolvidas, tem dúvidas sobre a manutenção das ações anunciadas. “Primeiro, o Congresso parece ir na direção do conservadorismo. Segundo, há uma grita para que o Estado gaste menos. Tudo bem que não se desperdicem os recursos públicos, mas, se queremos realmente instaurar o Estado de Direito na Amazônia, é preciso dinheiro. De um lado, a sociedade aprova as operações da Polícia Federal que desmantelam cartéis de colarinho branco. Do outro, nega recursos à própria PF, ao Incra, ao Ibama, à Funai”.

Leroy acha que há uma certa razão na avaliação de que toda a mobilização ocorrida após o assassinato se deu porque Dorothy era americana de origem. Lembra que há três anos Ademir Alfeu Federicci, presidente do MDTX, foi assassinado, mas a notícia não foi além do círculo mais próximo de seus amigos.” A Dorothy era mais conhecida porque ela ia a Brasília, falava publicamente. No Brasil, infelizmente é assim”. ■